

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Fundação de Apoio a Escola Técnica

Tomada de Preço nº 001/2021

Processo Administrativo nº SEI-260005/000028/2021

CLAER DO BRASIL CONSTRUÇÕES E REFORMAS

EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.995.089/0001-36, estabelecida na Rua Noronha Torrezão, 24 / sala 1803 Cobertura – Santa Rosa – Niterói – RJ, neste ato representada por seu sócio proprietário **CLÁUDIO MARTINS DE LIMA E SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 08436222-7, DIC-RJ, inscrito no CPF sob o nº 006.677.857-36, vem a V. EXª, nos termos do art.109, I, a, da Lei Federal 8.666/93, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra decisão datada de 16/09/2021, do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sr. **JHONATAN SILVA SANTOS**, que inabilitou ao certame a empresa **CLAER DO BRASIL CONSTRUÇÕES E REFORMAS EIRELI ME**, CNPJ nº 01.995.089/0001-36, já qualificada nos autos, a despeito do não atendimento de cláusulas do edital, aduzindo os seguintes fatos e fundamentos:

Infere-se que o item 6.6/6.6.1/e.3 do edital, que trata dos requisitos de qualificação técnica, a exigência da apresentação do Anexo XVIII. A propósito, importa transcrever a referida cláusula:

6.6 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.6.1 – Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão se apresentados os seguintes documentos:

e.3 – A opção pela visita física para a realização de vistoria técnica constitui direito e ônus do licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, o licitante resolver não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação, caso vitorioso no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual. Nessa hipótese, como alternativa possível, admite-se a apresentação de declaração do licitante no sentido de que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual do local, eventuais equipamentos e extensão dos serviços), assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução. **Essa Declaração de Conhecimento das Condições de Execução do Objeto Contratual deverá ser elaborada de acordo com o Anexo XVIII, devendo o**

Endereço: Rua Noronha Torrezão, 24 / 1803 – Cobertura – Santa Rosa – Niterói – RJ CEP 24240-182

Tel.: (21) 3619-2932 / 97446-8181

Site: www.claerdobrasil.com.br

e-mail: orcamento@claerdobrasil.com.br

representante legal da licitante assiná-lo, reconhecendo firma, devendo ser entregue pelo licitante em conjunto com os documentos de habilitação.

Basicamente, o motivo da inabilitação da Claer do Brasil pela visão da Comissão, não termos apresentado o Anexo XVIII com firma reconhecida em cartório.

I) Sendo o caso, seguimos a linha de raciocínio que o edital foi cumprido pela parte onde a Claer do Brasil, uma vez que a assinatura do referido anexo foi assinada pelo representante legal da empresa que participava presencialmente do certame podendo efetuar a assinatura na presença do Presidente validando o documento em caso necessário, como fora feito por algumas empresas participantes do certame para a validação de documentos;

II) mesmo se não sendo o caso, a inabilitação configurou formalismo exacerbado, pois esta Comissão teria o poder/dever de empreender diligência para esclarecer a questão.

Não é demais salientar que foi apresentado, no caso, o Anexo XVIII, já exigíveis e **apresentados na forma da lei**, que confere a assinatura do representante legal da empresa Claer do Brasil, através de seu sócio proprietário Cláudio Martins de Lima e Silva

Temos acompanhando muitas Licitações Públicas nesses últimos 5 anos, temos notado a **Exigência de Reconhecimento de Firma em Licitações Públicas** nos editais e às vezes é o próprio pregoeiro que exige mesmo sem previsão Editalícia.

Mas afinal, esta prática é “Legal”? Tem respaldo na legislação vigente? E eticamente falando você aprova esta prática?

Este artigo tem intuito de levantar esta questão que a nosso ver, não tem sentido, aumenta a Burocracia, diminui a competitividade e enriquece os cartórios.

Primeiro vamos ver o que diz a lei sobre o assunto.

DECRETO Nº 63.166, DE 26 DE AGOSTO DE 1968: (...)

Art. 1º Fica dispensada a exigência de reconhecimento de firma em qualquer documento produzido do País quando apresentado para fazer prova perante repartições e entidades públicas federais da administração direta e indireta.

Art. 2º Verificada, em qualquer tempo, falsificação de assinatura em documento público ou particular, a repartição ou entidade considerará não satisfeita a exigência documental e dará conhecimento do fato à autoridade competente dentro do prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, para instauração do processo criminal.

DECRETO Nº 6.932, DE 11 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica q dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a "Carta de Serviços ao Cidadão" e dá outras providências.

Art. 9º Salvo na existência de dúvida fundada quanto à autenticidade e no caso de imposição legal, fica dispensado o reconhecimento de firma em qualquer documento produzido no Brasil destinado a fazer prova junto a órgãos e entidades da administração pública federal, quando assinado perante o servidor público a quem deva ser apresentado.

Art. 20. Ficam revogados os Decretos nos 63.166, de 26 de agosto de 1968, 64.024 -A, de 27 de janeiro de 1969, e 3.507, de 13 de junho de 2000.

Como pode-se ver, o **Decreto 63.166/1969** nos tempos da Ditadura já dispensava a Exigência de Reconhecimento de Firma perante repartições e entidades públicas federais da administração direta e indireta, por~e, o mesmo foi revogado pelo **Decreto 6.932/2009**, que trouxe nova redação, mas mantendo a dispensa do reconhecimentos de Firma.

A lei de Licitação (Lei 8.666/93) em nenhum momento faz a exigência sobre o reconhecimento de Firma de documentos específicos ou gerais, vejamos o que o seu artigo 32 diz:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Mas o que diz a Jurisprudência sobre o assunto? Vejamos o que diz o Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO.

1. A ausência de reconhecimento de firma é mera irregularidade formal, passível de ser suprida em certame licitatório, em face dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade (grifo nosso)

Ora, a ausência de reconhecimento de firma pode ser facilmente suprida pelos demais documentos apresentados e ao longo procedimento licitatório (grifo nosso). Deste modo, ela se constitui em mera irregularidade, perfeitamente sanável, pois não causa qualquer prejuízo ao interesse público. Nessa seara, a legalidade estrita cede terreno à instrumentalidade das exigências do edital, porquanto a irregularidade ocorrida (falta de reconhecimento de firma do Anexo XVIII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONTRATUAL) constitui-se em defeito irrelevante ao não comprometer a identificação do participante, no caso o seu mandatário no certame.

Isso posto,

REQUER

I) O Conhecimento e provimento do recurso administrativo para, reformando a decisão da Colenda Comissão Permanente de Licitação, habilitar a licitante CLAER DO BRASIL CONSTRUÇÕES E REFORMAS EIRELI ME, nos termos da fundamentação acima.

Termos em que,
P. Provimento,

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2021.

01.995.089/0001-36
CLAER DO BRASIL CONSTRUÇÕES
E REFORMAS EIRELI-ME
RUA NORONHA TORREZÃO, 24/1803 COBERTURA
CEP 24240-182 - SANTA ROSA - NITERÓI - RJ

Claer do Brasil Construções e Reformas Eireli ME
CNPJ 01.995.089/0001-36

FAETEC	
PROTOCOLO CENTRAL	
Entrada:	21 / 09 / 2021
Hora:	10:50
Rubrica:	

Nilton Oliveira Veras
Gerente de Área
ID 3211918-6
FAETEC

Endereço: Rua Noronha Torrezão, 24 / 1803 – Cobertura – Santa Rosa – Niterói – RJ CEP 24240-182

Tel.: (21) 3619-2932 / 97446-8181

Site: www.claerdobrasil.com.br

e-mail: orcamento@claerdobrasil.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO

0550

Polegar Direito

Erica Rangel de Lima e Silva

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 09.809.389-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/07/2008

NOME ERICA RANGEL DE LIMA E SILVA

FILIAÇÃO LUCIANO RANGEL

SUELY PESSANHA RANGEL

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 19/02/1973

DOC. ORIGEM C.CASM LIV 22B FLS 43 TERM 2175

MARICÁ RJ

CPE 047.805.207-38

004 2 Via

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83